



**ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero pedir para a equipe da TI que passe um vídeo. Ontem, estivemos no lançamento da Campanha Todos Por Elas, e eu gostaria de mostrar algumas fotos e vídeos do evento, destacando nosso compromisso com essa política pública contra o feminicídio. Durante o evento, que contou com a participação dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e mais de quarenta entidades, assinamos um pacto pela erradicação do feminicídio, um crime que envergonha a sociedade. Quero parabenizar a iniciativa da desembargadora Jaceguara Dantas da Silva, bem como agradecer ao Poder Executivo e dizer que estamos juntos nesta campanha, para trabalharmos para a erradicação desse crime hediondo em nossa sociedade. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que fará a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. “*Ata da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul - Estado do Pantanal. Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Dois da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foi lido o seguinte expediente: Ofício nº 27/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ofícios nºs 10.133, 10.137, 10.166, 10.129, 10.183, 10.188, 10.211, 10.220, 10.225, 10.245, 10.261, 10.266, 10.278, 10.283, 10.302, 10.308, 10.329, 10.402 e 10.508/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.688 a 1.691, 1.712, 1.713, 1.714, 1.717 a 1.721 e 1.723/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofícios nºs 2.395, 2.396, 2.397, 2.398, 2.399, 2.439 e 2.543/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 8.982/24 da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Carta nº 32/2024, da CCR MSVia; Carta nº 366/2024, da TIM Telefonía; Cartas nºs 699 e 700/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Caravina, Zeca do PT, Gerson Claro, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Mara Caseiro, Gleice Jane e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Duarte, Junior Mochi, Zé Teixeira e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a deputada Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 164/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 82/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçadas aos familiares de Juarez da Silva Alencar e Gaudêncio Benites; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Lia Nogueira, Gleice Jane e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não



*houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. Cumprimento meu amigo irmão deputado Zeca do PT, nosso ex-governador e hoje deputado estadual. Tenho muito orgulho de ser seu companheiro novamente aqui na Assembleia Legislativa. Expediente da Sessão Ordinária de 8 de agosto de 2024: Ofícios nºs 10.125, 10.142, 10.146, 10.155, 10.270, 10.291, 10.295, 10.317, 10.322, 10.398, 10.407 e 10.496/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, Gleice Jane, Mara Caseiro, Junior Mochi, Neno Razuk, Jamilson Name, Renato Câmara, Antonio Vaz, Marcio Fernandes, Roberto Hashioka, Caravina e Lia Nogueira; Ofício nº 123/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2212/2024). Senhor presidente, antes de lhe devolver a palavra, eu gostaria de dizer que hoje é o dia da plenitude e perfeição (08/08/2024), somado os três separadamente são oito, oito e oito; é o dia que a gente tem que fazer tudo direitinho. Quero dizer a Vossa Excelência que fiquei muito orgulhoso de ter participado do café da manhã que foi oferecido pela Mesa Diretora e pelos senhores e senhoras deputadas a todos os nossos colaboradores no saguão da Assembleia Legislativa. Parabéns, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar a comemoração dos pais, dos filhos e dos avós aqui da Casa. A todos os pais de Mato Grosso do Sul o nosso abraço e carinho, porque neste final de semana nós vamos comemorar o Dia dos Pais. Então fica aqui o abraço da Assembleia Legislativa a todos os pais sul-mato-grossenses. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Coronel David. Agora eu passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa, para que eu possa cumprir uma agenda de Poder.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, presidente. Bom dia, nobres pares.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia!

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, presidente deputado Gerson Claro e presidente em exercício deputado Paulo Corrêa. Bom dia, deputado Paulo Duarte e demais deputados presentes e todos que acompanham a nossa Sessão. Deputado Pedro Kemp, é uma alegria vê-lo hoje aqui. Senhor Presidente, apresento hoje um projeto de lei que dispõe sobre sanções administrativas e restrições aplicadas aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas, enquadrados conforme o disposto nos artigos 150 e 161, parágrafo 1º, inciso II, do Código Penal, fica vedada a percepção de qualquer auxílio, benefício ou participação em programas sociais estaduais, bem como a nomeação para ocupação de cargo público de provimento efetivo, de cargo em comissão ou de agente político na administração pública direta ou indireta de quaisquer dos Poderes e instituições públicas do estado de Mato Grosso do



Sul, ficando vedada, ainda, a contratação com o poder público estadual, de forma direta ou indireta. Parágrafo 1º - As proibições do caput aplicam-se, igualmente, a invasores ou ocupantes das faixas de domínio das rodovias estaduais e das rodovias federais delegadas ao estado de Mato Grosso do Sul. As vedações iniciam-se com a identificação, pelo poder público, do invasor ou ocupante de que trata o caput deste artigo. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei. Somente isso, senhor presidente. Na verdade, senhor presidente, este projeto de lei complementa o projeto que apresentei na terça-feira, que trata da instituição do cadastro dos invasores e ocupantes de áreas públicas ou privadas, urbanas ou rurais, aqui em Mato Grosso do Sul. Agora, com a apresentação deste projeto que impõe sanções administrativas, entendemos que é uma forma de diminuir as ocupações e invasões de terras aqui no estado. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Esse projeto é inconstitucional. Senhor presidente, senhores deputados, no tempo certo vamos debater esse projeto do deputado Coronel David que, a meu ver, é inconstitucional. É um direito da população fazer movimentos e pressionar o Poder Executivo na garantia de seus direitos. Vamos debater no momento certo. Quero apresentar aqui um requerimento de informações à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na pessoa do Magnífico Reitor doutor Laércio Alves de Carvalho, solicitando informações referentes à existência de vagas ociosas ou de vagas destinadas à transferência externa de acadêmicos para o curso de Medicina da UEMS e, em havendo, qual a previsão de processo seletivo para o preenchimento. Também apresento uma indicação deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a recuperação da sinalização horizontal e vertical na rua Antônio Hari, nº 680, conjunto residencial Mata do Jacinto, nas proximidades da Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (Ceasa). Essa é uma reivindicação recorrente dos moradores da região, uma vez que o local é palco de diversos acidentes com resultados trágicos e danos aos veículos, em razão da falta de sinalização. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre ex-governador, nosso deputado estadual Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Pedi a palavra pela ordem porque, ontem, comuniquei à Mesa e a esta Casa que hoje faria a apresentação da minha proposição que altera a nomenclatura da Frente Parlamentar da Rota Bioceânica para Frente Parlamentar da Rota Bioceânica Rodoferroviária Energética. E vou fazê-lo logo após a minha questão de ordem. Felizmente — glória a Deus — esta minha apresentação coincide com uma ótima notícia que recebi hoje: o Paraguai comunicou hoje a realização de audiências públicas para definir o último lote da ligação bioceânica em território paraguaio, que é a chamada "Picada 500". Portanto, concluímos que, em mais um ou dois anos, teremos a ponte sobre o rio Paraguai concluída, assim como a ligação no trecho paraguaio até Pozo Hondo, na divisa com a Argentina. O lado argentino está praticamente pronto, assim como a subida para a Cordilheira dos Andes, local de chegada. Com isso, estamos próximos da conclusão da Rota Bioceânica. Senhor presidente, senhores deputados e quem nos escuta: esta é a mesma rota que meus dois irmãos falecidos — Heitor e Osório, de saudosa memória — sonharam há uns trinta ou quarenta anos; um sonho em que poucos acreditavam. Daqui a uns dois anos, na inauguração, eles não estarão presentes, pois já subiram



para outro patamar. Mas, senhor presidente — falo isso emocionado —, eles verão a inauguração da Rota Bioceânica pelos meus olhos, e se emocionarão com a realização do sonho deles através da minha emoção e da minha lágrima. Quando a Rota Bioceânica for inaugurada, pretendo colocar em um carro os netos e os filhos do Osório, os netos e os filhos do Heitor, meus netos e minhas filhas, para conhecerem aquilo que os seus antepassados Heitor e Osório ousaram sonhar trinta, quarenta anos atrás. Portanto, senhor presidente, quero dizer a Vossa Excelência que me sinto gratificado. E, para perpetuar, ou melhor dizendo, para dar continuidade ao sonho materializado de Heitor e Osório foi que, quando cheguei aqui, me propus a assumir a coordenação da Frente Parlamentar, que hoje alteramos sua denominação. Quero, senhor presidente, ler rapidamente agora o meu requerimento. Requerimento de alteração da nomenclatura da Frente Parlamentar para Acompanhamento da Implantação da Rota Bioceânica, instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 00423, para Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Rodoferroviária e Energética. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e ouvido o nobre Plenário, a publicação de ato para alteração da nomenclatura da Frente Parlamentar para Acompanhamento da Implantação da Rota Bioceânica, instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 00423/2023, para Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Rodoferroviária e Energética, onde os parlamentares membros da frente atuarão de maneira unificada, em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam, continuando sob a coordenação do autor do presente requerimento. Justificativa. A implantação da Rota Bioceânica chega ao seu terço final interligando o Brasil, através do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente pela ponte sobre o rio Paraguai, no município de Porto Murtinho, aos portos do Chile, no Oceano Pacífico, passando pelos países vizinhos Paraguai e Argentina. Isso possibilitará o incremento de negociações entre os quatro países e tornará Mato Grosso do Sul um grande polo de importação e exportação, além de promover uma maior integração cultural e turística, tirando do isolamento uma parte importante da América do Sul. Cabe ressaltar, senhor presidente, que o caminho para o Pacífico de forma alguma deve ser entendido apenas como uma rota para transporte rodoviário. Existem inúmeras possibilidades de modernização e desenvolvimento econômico para Mato Grosso do Sul através da rota, como a chegada do gasoduto vindo da região de Vaca Muerta, na Argentina, que fica próximo à divisa com Pozo Hondo, no Paraguai, permitindo a conexão tanto com o gás vindo do Chile quanto com o gás vindo da Bolívia. Isso criaria um corredor energético que traria maior competitividade e potencial a toda a região, tornando nosso estado um dos maiores polos de distribuição de gás para todo o Brasil. Além do gasoduto, existem cursos de negociações com grandes grupos de investidores da China para que, paralelamente à implantação da Rota Rodoviária Bioceânica, sejam realizados investimentos na construção da ferrovia que seguirá a rota, bem como a reativação da Malha Ferroviária Oeste, algo essencial para garantir de forma efetiva o transporte de grandes cargas entre os portos do Brasil, passando pelo Paraguai e Argentina, até chegar aos portos do Chile. Assim, em razão da importância da Rota Bioceânica para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, este Parlamento cumprirá sua responsabilidade constitucional de acompanhar e fiscalizar a obra de implantação da rota, bem como discutir e incentivar políticas públicas relativas a esse grande projeto, para que beneficie toda a população sul-mato-grossense. Assim fará a Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Rodoferroviária e Energética, como um dia sonharam Heitor Miranda dos Santos e Osório Miranda dos Santos. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sou testemunha do esforço que existe para a aprovação do projeto que está em andamento, que dará o nome do querido Heitor





Miranda dos Santos à ponte da Rota Bioceânica no trecho brasileiro. O Senador Nelsinho Trad encaminhou esse projeto. Vossa Excelência está sabendo disso, deputado Zeca do PT?

O projeto é para nominar o trecho brasileiro da ponte — que vai até a metade do rio Paraguai — Heitor Miranda dos Santos. Então acho que é justo e necessário. A Picada 500 quinhentos foi sonhada muito tempo atrás, e era o Osório que estava na foto; eu sou testemunha disso.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite mais um aparte, presidente?

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Claro!

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** - A bem da justiça e da verdade, digo que o projeto também foi apresentado pelo deputado Geraldo Rezende. Recentemente, recebi um pedido da Comissão de Cultura da Câmara Federal, solicitando que a indicação do nome de Heitor Miranda dos Santos para o trecho do lado brasileiro da ponte binacional fosse referendada pela Assembleia. Solicitei ao presidente da Casa, e o pedido já foi encaminhado. Provavelmente, logo teremos, se Deus quiser, a justa homenagem àquele que, trinta anos atrás, ousou sonhar com a história da ligação bioceânica.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado. Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e aqueles que nos acompanham pela TV Alems, pela Rádio Alems e pelas mídias sociais. Senhor presidente, trago hoje duas indicações. A primeira, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a manutenção da estrada MS-340, no trecho compreendido entre os municípios de Bandeirantes e Corguinho, devido ao seu precário estado de conservação, dificuldade de tráfego e condições de segurança comprometidas. É uma via não pavimentada, e este foi um pedido que veio dos moradores e também da classe política da região. A rodovia é usada para o escoamento de produção, tem movimento de caminhões e veículos, e está em estado precário, necessitando de uma atenção especial da Agesul. A segunda indicação, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a locação de, no mínimo, trinta novos policiais militares para a área da 7ª Companhia Independente de Polícia Militar em Bataguassu, visando à melhoria da segurança e à proteção dos cidadãos locais, uma vez que o atual efetivo é insuficiente para atender às demandas da região. A presente indicação se fundamenta na urgente necessidade de aumentar o efetivo da segurança pública não só em Bataguassu, mas também nos distritos de Quebracho, Anaurilândia e Nova Porto XV. Nos últimos tempos, a companhia de Bataguassu vem perdendo policiais para outras localidades, e a falta de efetivo já está gerando insegurança, com registro de furtos. Sabemos que — o deputado Coronel David pode falar melhor do que eu — a PM deve convocar



novos policiais para o curso de formação, por isso pedimos que, assim que esses policiais tomem posse, sejam designados pelo menos trinta novos policiais para atender à 7ª Companhia, lembrando que estamos na divisa com o estado de São Paulo, na BR-267, uma região com grande fluxo de veículos e movimentação intensa devido à indústria da celulose, por isso é necessário o aumento do efetivo para garantir maior segurança à nossa população. Pela ordem, senhor presidente!

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Quero aproveitar a oportunidade para convidar os colegas parlamentares para a Sessão Solene de Entrega da Medalha Helena Meireles, que será realizada na terça-feira, dia 13, às 19h. Nesta homenagem aos cem anos de Helena Meireles, serão homenageadas instrumentistas, mulheres instrumentistas do nosso estado, incluindo algumas indicadas por parlamentares. E eu gostaria de convidar a todos para participarem desse momento importante que vai homenagear essas mulheres que fazem a diferença na música, tocando instrumentos, em uma homenagem à grande violeira e ícone de Mato Grosso do Sul, Helena Meireles, que completaria cem anos. É uma homenagem que vai lembrar os feitos dessa mulher que fez história, enfrentando os preconceitos da época, mas que se destacou, tendo a oportunidade de tocar no mundo todo, inclusive com artistas renomados como Eric Clapton e outras personalidades. Então, era isso, senhor presidente. Convido todos a participarem na terça-feira, dia 13, a partir das 19h. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Primeiramente, presidente, eu gostaria de cumprimentar e parabenizar a Mesa Diretora pelo evento realizado agora de manhã em comemoração ao Dia dos Pais. No próximo domingo é Dia dos Pais, e eu quero, além de parabenizar a Mesa Diretora pelo evento, cumprimentar todos os pais que trabalham aqui na Assembleia Legislativa e todos os pais do estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao ministro de estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros, presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, com cópias autônomas à senadora por Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina, para que analise a possível afronta ao princípio "Tempus Regit Actum" (tempo rege o ato); e que caso este seja confirmado, torne sem efeito as autuações enviadas aos condutores das categorias C, D e E que renovaram ou obtiveram a CNH antes da vigência da Lei nº 14.599, de 19 de junho de 2023, pela não realização do exame toxicológico. Tenho também uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de congratulação à Carolina de Araújo Paião, moradora de Nova Andradina, vencedora da categoria dupla mista de ciclismo pela equipe Texas Araras Bike. A Carolina participou do Brasil Raio de Bonito 2024, uma jornada mágica de ciclismo em meio à beleza única da região, no coração de Mato Grosso do Sul. A prova foi realizada em três etapas, nos dias 1, 2 e 3 de agosto, e Carolina competiu com outras vinte e duas duplas no percurso de cento e quarenta



e nove quilômetros. Ela iniciou no pedal por indicação médica, como terapia, no ano de 2018. A partir desse contato, tomou gosto pelo esporte e participou de outras provas, recebendo o apoio da empresa JJ Bikes, de Nova Andradina. Posto isso, após aprovada a moção, deverá conter a seguinte mensagem: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado estadual Roberto Hashioka, congratula-se com Carolina de Araújo Paião, vencedora do Brasil Raio de Bonito 2024, na categoria dupla mista de ciclismo". Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado 001, campeão de projetos da Assembleia Legislativa: deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente deputado Paulo Corrêa, nobres colegas parlamentares. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Governador, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrária e Extensão Rural (Agraer), para que seja viabilizada a aquisição de um trator esteira para atender à demanda no município de Coxim. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Zanon Lamounier, do Republicanos. A agricultura familiar desempenha um papel crucial na região, contribuindo significativamente para a subsistência das famílias e o abastecimento local de alimentos. A introdução de um trator de esteira na comunidade seria de grande importância, pois permitiria a melhoria do preparo do solo, a abertura de novas áreas para o cultivo e a execução de outras atividades agrícolas de forma mais eficiente e sustentável. Essa medida certamente impulsionaria a produtividade e, conseqüentemente, a qualidade de vida das famílias envolvidas na agricultura familiar. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato Garnes, comandante-geral da Polícia Militar, solicitando ações ostensivas e providências em relação à segurança pública no bairro Serra Azul, nesta capital. Essa proposta foi encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar através do senhor Marcos Castro. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Que nome forte, hein! Nome de peso!

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — O senhor faz parte dessa história, não é, presidente? Muito bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados. Trago algumas indicações na data de hoje. Em primeiro lugar, requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja deferida a participação deste parlamentar como membro suplente na representação do estado de Mato Grosso do Sul junto à Comissão Especial de Conciliação, designada pelo Supremo Tribunal Federal, que tem por objetivo discutir a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal (Lei nº14.701/2023). Justificativa. Em abril de 2024, o ministro do STF, Gilmar Mendes, relator de cinco ações que discutem a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal indígena, determinou a suspensão de todos os processos judiciais que discutem a questão. Na decisão, ele reconheceu aparente conflito entre possíveis interpretações da Lei nº 14.701/2023 e as balizas fixadas pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1017365,



o que poderia gerar insegurança jurídica. Assim, determinou a criação de uma comissão de conciliação, formada por seis representantes indicados pela Articulação dos Povos Indígenas (Apib), seis pelo Congresso Nacional, quatro pelo governo federal, dois pelos estados e um pelos municípios. Pelos estados, foi designado o governador Eduardo Riedel, que poderá indicar um membro suplente como seu representante, motivo pelo qual requeremos à Mesa Diretora a indicação deste parlamentar para acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Conciliação, diante da importante repercussão do tema para o Estado de Mato Grosso do Sul. Também trago outra indicação, senhor presidente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande (Agetran), senhor Paulo da Silva, para que verifique a possibilidade de instalação de redutores de velocidade ao longo da rua Rui Barbosa, principalmente no trecho entre a avenida Mato Grosso e a rua Eduardo Santos Pereira. Justificativa. A referida solicitação é fruto de pedido enviado a este parlamentar por moradores da região, que informaram problemas e riscos relacionados à velocidade dos veículos que trafegam na via, com frequentes acidentes, inclusive com vítimas, situação que poderia ser mitigada com a implantação de redutores de velocidade e/ou outros instrumentos à disposição da Agetran, o que justifica a presente indicação. Ainda, requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 e artigo 240, inciso XVII, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a presente moção de apoio ao piso salarial e às trinta horas da Psicologia, que deve ser votada na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal hoje, quarta-feira. Justificativa. Caso seja aprovada, a matéria será transformada em projeto de lei e seguirá tramitação no Senado. Essa é mais uma frente de batalha pela conquista dessas justas reivindicações de psicólogas e psicólogos pela maior valorização profissional. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não havendo mais deputados ou deputadas inscritas no Pequeno Expediente, passemos a palavra, pela ordem, ao ilustre deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, eu gostaria de levantar dois assuntos importantes. Primeiro, fazer um convite a todos os deputados e deputadas para um evento especial. Amanhã, às nove horas da manhã, no Plenarinho desta Casa, estaremos realizando, por sugestão do nobre deputado federal Vander Loubet, uma audiência pública sobre a reativação da Ferrovia Malha Oeste. Comuniquei esse evento ao deputado Pedrossian Neto, em respeito e apreço, pois ele é um dos articuladores da reativação do Corredor Sidrolândia/Maracaju da mesma ferrovia, e estará presente. Confirmaram também a presença inúmeras autoridades envolvidas nessa demanda, incluindo o especialista da área, o doutor Pagot, do estado de Mato Grosso, e o secretário Jaime Verruck. A ANTT, de Brasília, também estará presente. Trata-se de uma audiência pública que, com certeza, desempenha um papel estratégico na reativação da Ferrovia Malha Oeste. Eu tinha a intenção de abordar esse tema durante a visita do presidente Lula a Corumbá, mas, infelizmente, não consegui. Muitas pessoas acabaram me impedindo de falar com o presidente sobre a importância do apoio dele ao projeto de licitação da ferrovia, que é estratégica para o desenvolvimento do estado. Já está totalmente ultrapassado o discurso de que a malha ferroviária de bitola estreita é inviável; pelo contrário, foi provado que a malha ferroviária de bitola estreita é ideal para o transporte de carga, e esse é o objetivo central do projeto de reativação da ferrovia. Em segundo lugar, senhor presidente, o Ministério Público está cumprindo seu papel. Já apresentei nesta Casa aproximadamente dez pedidos de investigação contra o prefeito de Porto





Murtinho. O último pleito foi para que fosse nomeado ou designado um promotor especial para realizar as investigações necessárias. E eu recebo com satisfação a notícia de que um promotor ou promotora especial foi designado para apurar as acusações e denúncias que fiz. Esse é o passo inicial para o encaminhamento da denúncia sobre a doação de casas, que inclui gravações onde é dito que as casas eram dele, quando, na verdade, são do Programa Minha Casa Minha Vida, feitas com dinheiro do governo Lula. Também há o caso de investigação sobre verba ilegal para o uso de veículos oficiais no interior e a serviço do próprio prefeito. Portanto, fico gratificado ao saber que, finalmente, o Ministério Público tomou a iniciativa de investigar. Espero que o senhor Nelson Cintra pague pelo desleixo, pelo desprezo e pelas imoralidades que tem cometido contra a pequena cidade de Porto Murtinho. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Cito a presença do Paulo Borges, o vereador Bodinho, do município de Paranaíba; Gil do Amaral, vereador do município de Mundo Novo e Juliano Delarissa, vereador do município de Paranhos. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 02455/2024, 02456/2024). De autoria do deputado Coronel David: uma moção de congratulação (Prot. nº 02419/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02436/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02437/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 02421/2024, 02423/2024, 02424/2024, 02426/2024, 02427/2024); um requerimento (Prot. nº 02422/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02425/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: cinco indicações (Prot. nºs 02440/2024, 02445/2024, 02450/2024, 02448/2024, 02449/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02439/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 02452/2024); um requerimento (Prot. nº 02453/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 02443/2024); um requerimento (Prot. nº 02442/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 02444/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: cinco indicações (Prot. nºs 02428/2024, 02429/2024, 02420/2024, 02430/2024, 02432/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 02447/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02454/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma moção de congratulação (Prot. nº 02451/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 02446/2024, 02441/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de trinta minutos.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — sem revisão do orador — Obrigado, senhor presidente. Senhores deputados, o que me traz à tribuna nesta sessão é a preocupação com o que está acontecendo em Douradina e nos municípios de Dourados, Caarapó e em outros de Mato Grosso do Sul, envolvendo conflitos agrários entre comunidades indígenas e produtores rurais. No caso específico de Douradina, na semana passada, tivemos fatos lamentáveis. Quem teve a oportunidade de assistir aos vídeos gravados dos ataques à comunidade indígena durante a noite de domingo ficou estarecido ao ver uma verdadeira cena de guerra, um verdadeiro "bang-bang", que foi, inclusive, provocado com a convivência da Força Nacional de Segurança e das forças de segurança do estado, que estavam presentes. O ataque anterior ao de domingo aconteceu quando a Força Nacional se retirou do local. Parece que a retirada foi proposital, e o ataque ocorreu no domingo. Tive a oportunidade de assistir aos vídeos e vi que os ataques aconteciam enquanto a



Força Nacional de Segurança estava ao lado, apenas observando aquela situação, que resultou em doze feridos da comunidade indígena. O que quero destacar é que participei de duas reuniões convocadas pelo Ministério Público Federal de Dourados. Nessas reuniões tivemos a presença de várias autoridades do estado, da senadora Tereza Cristina, de representantes de produtores rurais e de lideranças indígenas. A deputada Gleice Jane — representando muito bem a nossa bancada do PT — esteve presente na reunião do Ministério Público Federal e acompanhou a ministra do Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que visitou a região. Surgiu uma proposta de negociação, em que o Ministério Público Federal ofereceu a alguns produtores, que tinham suas terras ocupadas, uma área em Anaurilândia, uma área federal do Incra, para uma permuta, uma troca. Houve muita discussão, com alguns produtores contrariados alegando que isso poderia abrir um precedente para outras retomadas pelos índios. A comunidade indígena também foi resistente à proposta, pois a área oferecida estava muito aquém do que era reivindicado pelas lideranças indígenas. O que eu gostaria de destacar é que não podemos mais assistir a situações como esta que aconteceu em Douradina: ataques, incêndios, tiros de borracha e tantas pessoas feridas, pois isso mostra que parece que não há lei, autoridade ou segurança no estado, deixando as pessoas vulneráveis. Quero ressaltar que há mais de vinte anos debato nesta Casa a situação dos conflitos agrários envolvendo proprietários e comunidades indígenas. Tive a oportunidade de realizar uma audiência pública com a presença de vinte autoridades do governo federal na época da presidenta Dilma. Estiveram presentes o ex-ministro José Eduardo Cardoso, da Justiça, e o ex-advogado-geral da União, doutor Eugênio Aragão. Chegamos a uma conclusão, após muitos debates, e hoje já é pacificada a tese da indenização daqueles que compraram essas terras de boa-fé, que hoje estão sendo reconhecidas e identificadas como territórios indígenas tradicionais. Na época, a grande dificuldade era que, se uma terra fosse considerada indígena, seria terra da União, portanto, o estado ou a União não poderia comprar algo que já era seu. Aí havia, portanto, um problema jurídico, porque os proprietários reivindicam o pagamento do valor da terra nua, mas a Constituição só permite pagamento de indenizações no caso de demarcação. Debatesmos muito essas questões, e a conclusão a que chegamos é que, em Mato Grosso do Sul, ao contrário de outros estados, as terras indígenas foram tituladas pelo governo. No caso de Douradina, há mais de cem anos foi estabelecido ali um assentamento de pequenos produtores na chamada Colônia Federal Agrícola de Dourados, implementada pelo governo Getúlio Vargas, onde muitas terras reivindicadas pelos índios foram tituladas para esses que hoje ocupam essas áreas. Essas pessoas não podem mais simplesmente ser desconsideradas em seus direitos, porque o estado brasileiro fez isso. Hoje entendemos que, para devolver as terras tradicionais para as comunidades indígenas, é preciso que o estado não cometa outra injustiça com aqueles que, muitas vezes chamados de fazendeiros, são, na verdade, pequenos e médios produtores que também utilizam a terra para sobreviver, e querem produzir. Nesse caso, é necessário que o estado brasileiro reconheça o erro cometido no passado e resolva a situação, garantindo os direitos de ambas as partes envolvidas. O caso específico de Douradina, que já tem um processo de demarcação bastante avançado e está paralisado por ações judiciais, é um caso em que as pessoas foram assentadas pelo estado brasileiro e possuem título há mais de cem anos, dessa forma, o estado brasileiro deve resolver a situação garantindo também os direitos dessas pessoas. Deputado Pedrossian Neto, antes de passar a palavra a Vossa Excelência, quero dizer que sou do Partido dos Trabalhadores, o partido do presidente da república, apoio o governo federal, mas, neste caso, considero que ainda há uma omissão muito grande por parte do governo federal para resolver essas questões no estado de Mato Grosso do Sul. É preciso que o governo não se contente com visitas da ministra dos Povos Indígenas à área, constatando o que já sabemos, tirando fotos e falando com a imprensa sobre solidariedade e apoio, sem apresentar propostas concretas para a solução do problema. Portanto,



falo isso com muita tranquilidade para dizer que precisamos provocar o governo federal e sensibilizar o presidente Lula, para que essa situação seja resolvida de uma vez por todas. Não podemos tapar o sol com a peneira. Enquanto não houver uma proposta que atenda aos dois lados e garanta os direitos de ambas as partes envolvidas, não vamos pacificar a situação no estado. Concedo uma parte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Parabenizo a exposição que Vossa Excelência fez sobre esse tema e gostaria de fazer um comentário. Em primeiro lugar, sobre a omissão do governo federal em relação a um tema que vem se desdobrando há tantos anos em Mato Grosso do Sul, sem nenhuma solução. Penso que qualquer iniciativa que tratemos sobre esse tema deve considerar o novo marco que temos agora, que é a decisão do Supremo Tribunal Federal, que nós esperamos que seja transitada em julgado estabelecendo a obrigatoriedade da indenização prévia, justa e em dinheiro para aquele que é o possuidor de títulos concedidos pelo governo federal ou pelo governo do estado. Diante disso, expressamos nossa indignação com a tentativa de encontrar uma solução para o caso concreto de Douradina, oferecendo uma permuta para uma invasão recente, quando, na realidade, temos casos de pessoas que estão há dez, vinte ou trinta anos em situação de invasão. Devemos respeitar a anterioridade de outros casos, sob pena de estimularmos mais conflitos. Na ânsia de resolver o problema atual, acabamos aumentando o problema e criando precedentes mais significativos. Acredito que, se queremos resolver isso de maneira correta, devemos considerar a decisão do Supremo Tribunal Federal e tratar do primeiro caso concreto de indenização em Mato Grosso do Sul. Eu acabei de solicitar à Mesa Diretora que nos indique como suplente na grande conciliação nacional mediada pelo STF, para que possamos estabelecer critérios. Primeiro, devemos considerar a anterioridade, observar a evolução das ações e, nos casos onde a maior parte das áreas já está invadida, reconhecer que existem áreas onde praticamente todas as fazendas estão invadidas, e os produtores querem a indenização. Precisamos encontrar soluções, para não cairmos no casuísmo de resolver a questão de Douradina, enquanto deixamos os demais casos sem solução. Hoje, temos quase duzentas propriedades invadidas em Mato Grosso do Sul, sem nenhuma solução. Por último, faço um protesto a respeito da forma inadequada como a Força Nacional tem atuado em Mato Grosso do Sul. Em vez de conter as invasões, ela parece estar legitimando-as, pois a comunidade invade com ataques violentos aos produtores rurais que estão em suas casas há muitos anos. Esses produtores, sem capacidade de defesa, são atacados por dezenas, até centenas de pessoas que invadem suas propriedades. A Força Nacional, ao invés de conter a invasão e retirar os invasores, que flagrantemente estão cometendo crime, ficam ali chancelando a ocupação. Isso é completamente inaceitável e parece uma atitude de estado de exceção, pois a força policial deveria retirar os invasores flagrantes, mas está, na verdade, protegendo-os e legitimando sua presença nas propriedades.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado pelo aparte. Concedo um aparte ao deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Deputado Pedro Kemp, primeiro, eu gostaria de cumprimentar Vossa Excelência, da mesma forma que fez o deputado Pedrossian Neto, pela lucidez do seu pronunciamento ao propor uma arbitragem que seja justa para ambos os lados. É o mínimo que se espera em um estado democrático, e Vossa Excelência traz, de forma objetiva, clara e sucinta, uma proposta nesse sentido. Em segundo lugar, quando vejo tanto fazendeiros quanto povos indígenas reclamando da presença da Força Nacional, é um sinal de que ela está agindo



corretamente. Por exemplo, em casos onde ambos os lados reclamam, acredito que a Força Nacional está, de fato, cumprindo seu papel de arbitrar. Além disso, eu gostaria de acrescentar dois aspectos ao pronunciamento, se Vossa Excelência me permitir. O governo do presidente Lula não tem sido omissivo; prova disso é que, quando o presidente esteve aqui no Frigorífico JBS, olhando para o governador ele propôs que comprássemos uma terra. O presidente Lula está disponibilizando todo o esforço e a guarda — e eu sei que o governador Eduardo Riedel é sensível a isso. É uma alternativa de solução, mesmo que temporária, e deve começar em algum lugar. Em segundo lugar, penso que o ministro Gilmar Mendes foi de uma categoria impressionante quando, ao invés de tomar monocraticamente uma decisão sobre o marco temporal, — Vossa Excelência sabe, imagino que esta Casa saiba —, propôs a constituição de uma missão, com prazo determinado até o final do ano, para analisar a questão e trazer uma resposta. Participam dessa missão o Congresso, a Suprema Corte e os governadores. O governador escolhido por consenso foi o nosso governador Eduardo Riedel, com quem conversei anteontem sobre o tema. Também participam as entidades indígenas e as entidades dos empresários produtores rurais do agronegócio, com o objetivo de chegar a uma solução definitiva. Portanto, eu acho — e Vossa Excelência traz essa contribuição — que não adianta jogar gasolina no fogo que já está queimando. Precisamos diminuir a pressão, tirar a paixão do debate e buscar efetivamente uma solução. É exatamente isso. E eu me somo a Vossa Excelência na busca de alternativa para trazer paz no campo, atendendo às demandas daqueles que são legítimos e primitivos donos dessas terras. Obrigado, presidente.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado, deputado Zeca do PT. Como disse Vossa Excelência, o presidente Lula já mostrou disposição para resolver essa situação, inclusive indicando ao governo do estado a possibilidade de adquirir, como aconteceu em Panambizinho. Vossa Excelência, me parece que era governador na época, quando em Panambizinho o governo fez a transferência dos colonos que viviam lá para uma área em Juti, e devolveu a terra tradicional para a comunidade indígena. Acredito que esse é um modelo que pode ser aplicado em outras áreas. Como disse aqui o deputado Pedrossian Neto, existem áreas já retomadas há mais tempo e as pessoas estão aguardando uma solução para a garantia de seus direitos. Antes de conceder a palavra à deputada Gleice Jane, quero registrar a presença dos acadêmicos e professores do curso de Licenciatura Indígena "Teko Arandu", de Dourados, que estão visitando hoje a Assembleia Legislativa. Coincidentemente, estamos tratando aqui do problema, do conflito em Douradina, na questão da demarcação do território tradicional. Quero agradecer à professora doutora Maísa Ferreira da Silva. Depois teremos a oportunidade de registrar a carta que foi encaminhada pelos acadêmicos, reivindicando uma série de providências que eles entendem necessárias para o curso de "Teko Arandu". Concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Bom dia, deputado Pedro Kemp, aos acadêmicos da Faculdade Intercultural Indígena (Faind) aqui presentes, a todos os deputados e a quem está nos ouvindo. Deputado Pedro Kemp, eu fiz questão de vir aqui colaborar nesse debate, porque estive na área por algumas vezes recentemente, acompanhando esse processo de perto junto com a ministra. Mas, antes da ministra, eu estive também nos momentos mais tensos desse processo, e fiquei muito preocupada. No primeiro dia em que estive lá, tentei dialogar e encontrar alternativas possíveis, mas senti um clima de tensão muito alto e uma politização do processo, o que me preocupou ainda mais, porque vivemos um momento de polarização e conflitos no mundo inteiro; então olhei para aquilo e me preocupei com o que poderia sair dali, o que isso significava, inclusive neste momento de tensão nacional. Depois disso, retornei à comunidade por algumas vezes,





acompanhando o doutor Marco Antônio, do Ministério Público Federal, em algumas ocasiões. Em outros momentos, estive junto com a ministra e também sozinha, para ouvir a comunidade e entender o que está sendo reivindicado nesse processo. Acho que algumas informações são importantes serem trazidas aqui. Primeiro, a luta pelo território em Douradina não começa agora; os povos indígenas reclamaram, e trazem a nós, nas suas memórias afetivas, e memórias geracionais. Essa disputa pelo território se inicia em 1930; em 1950 o estado expulsou os povos indígenas do seu território. Então, acho que é importante lembrarmos que é o estado brasileiro quem cria essa situação, portanto, ele precisa encontrar alternativas neste momento. Quando falo em estado brasileiro, não estou me referindo a um governo específico, mas sim aos três Poderes que têm grandes responsabilidades nesse processo. De 1950 até agora, várias ações judiciais e legislações ocorreram, então todos os Poderes têm responsabilidade sobre esse processo. Em 1970, ou 1972, a Funai fez uma demarcação de dois mil hectares na área, mas os proprietários rurais derrubaram esse marco e deixaram os indígenas numa área que hoje tem em torno de trezentos e sessenta hectares. Portanto, essa luta não começou agora. Em 2005, os indígenas retomaram sua área, e novamente houve conflitos. Nesse conflito de 2005 foi feito um acordo para realizar estudos sobre a área, e então foram encontrados doze mil, cento e noventa e seis hectares que são da comunidade indígena. Esse processo histórico é importante para lembrarmos que isso não é recente, e que o processo não é novo. A área foi demarcada por assentamentos em 1950, portanto, hoje, com todo esse processo histórico, temos pequenos proprietários, médios proprietários e grandes proprietários, o que resulta em uma diversidade de situações e pensamentos sobre o processo. Quando falamos em indenização — e eu conversei sobre isso com a comunidade indígena —, eles questionam: quem vai indenizar as vidas perdidas? Quem vai indenizar os rios contaminados? Quem vai indenizar as matas que foram derrubadas? Quem vai indenizar a vida na sua forma de viver indígena? É importante incluir isso no debate, pois discutimos a partir da propriedade privada, mas neste momento há uma disputa entre a propriedade privada e o modo de viver indígena, que está intrinsecamente ligado à palavra vida. Como podemos comprar ou indenizar vidas? Precisamos considerar esses dois elementos. Os povos indígenas, na ocasião em que estive lá conversando, e mesmo dentro dessa proposta de alternância e permuta, indicaram que teriam que recuar em parte do seu território hoje ocupado. Eles afirmam que já foram feitas inúmeras promessas, nenhuma delas cumprida, inclusive construção de casas e políticas públicas dentro do território da aldeia que nunca foram realizadas. E a gente hoje — enquanto estado — não tem legitimidade para conversar com os povos indígenas e apresentar soluções; e também percebemos, através de conversas com outras pessoas, que existe o mesmo tipo de reclamação por parte dos pequenos proprietários. Então, o estado, mais uma vez, se mostra negligente nesse processo. Para começarmos a dialogar e encontrar alternativas, algumas coisas precisam ser feitas. Primeiro, precisamos parar de achar que os indígenas são motivados a ocupar esse espaço. Precisamos compreender o que motiva os povos indígenas a ocupar seu território. Esses motivos estão ligados à sua religião, ao direito à terra sagrada, à luta, e tudo isso está muito relacionado ao direito à vida e à espiritualidade. Dentro desse contexto, ninguém consegue interferir no processo de retomada dos territórios indígenas, além disso, precisamos compreender os motivos pelos quais os indígenas retomam seus territórios e considerá-los para encontrar uma alternativa possível. Não podemos simplesmente reconhecer o direito à propriedade privada sem reconhecer o que motiva os povos indígenas a ocupar esses territórios. A primeira coisa que precisamos fazer, se realmente queremos encontrar alternativas e solucionar isso de vez, é demarcar os territórios, garantir que os povos indígenas tenham direito aos seus territórios e criar um cronograma de soluções. O governo pode estabelecer quantos anos serão necessários para esse cronograma, mas é preciso garantir que os povos indígenas tenham acesso aos seus direitos. É necessário ouvir essa comunidade e



reconhecer a força da espiritualidade desse povo que move esse movimento, para que a gente possa garantir igualdade de forças nesse processo. Para finalizar, eu queria dizer que, com relação aos ataques do final de semana, que eu também acompanhei e venho acompanhando dia a dia no processo, foram três ataques. Em um deles, várias pessoas passavam de caminhonete ao redor do movimento sem-terra que está acampado a vinte quilômetros dali, senhor presidente, e gritavam para eles: "Invasão zero, é isso que eu quero!" Portanto, esse movimento nos parece também um movimento politizado, então precisamos despolitizar isso para criar caminhos de pacificação e agir com racionalidade. Não podemos olhar para isso de maneira apaixonada; devemos ser racionais e abordar a situação com inteligência, porque se não conseguirmos construir esses elementos, apenas estaremos protelando novos problemas e perpetuando condições de descaso com os povos indígenas. É isso. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência concedeu um "super" aparte à nossa professora doutora deputada Gleice Jane; e eu queria expressar a honra de receber nossos irmãos indígenas aqui. Vossa Excelência fez o anúncio, deputado Pedro Kemp, até porque tem ligação com o seu gabinete, mas quero informar que Vossa Excelência dispõe de três minutos, para começarmos a Ordem do Dia.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Vou encerrar, senhor presidente. Eu queria dizer aos acadêmicos que estão aqui que, quando eu fui secretário de estado de Educação no governo Zeca do PT nós criamos o Projeto Ara Verá, para a formação de professores em nível médio. A partir da formação de várias turmas do curso Ara Verá, houve um movimento de professores indígenas para reivindicar a formação em nível superior, e a partir daí nasceu a Faind e o curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, portanto é uma honra e uma alegria muito grande recebê-los aqui na Assembleia Legislativa. Depois, teremos a oportunidade de conversar sobre as reivindicações e a carta de vocês. Quero encerrar meu pronunciamento dizendo que acredito que há um consenso entre nós de que as comunidades indígenas têm o direito de acesso aos seus territórios tradicionais. Isso é garantido pela Constituição Federal, que deu um prazo de cinco anos para o estado demarcar as terras indígenas, e ele não o fez. Agora, no estado de Mato Grosso do Sul, temos que reconhecer os erros cometidos no passado, e as pessoas que foram atingidas por esses erros precisam ser também consideradas em seus direitos. É preciso retomar a mesa de negociação e envolver as comunidades indígenas, os produtores rurais, o Ministério Público Federal, a Funai, o Ministério dos Povos Indígenas e o governo do estado, para que possamos dar um encaminhamento concreto para essa situação. Acredito que é possível resolver. Hoje, o estado brasileiro tem toda a boa vontade da parte do governo do presidente Lula, e eu acredito que é questão de sentar à mesa e não deixar o "bang bang" acontecer, como temos visto. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 088/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, eu não estou conseguindo registrar meu voto, mas é sim.



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço o seu voto e o voto dos amigos.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O deputado Renato Câmara vota sim. Obrigado, deputado Zé Teixeira, deputado Zeca do PT, deputado Roberto Hashioka, deputado Renato Câmara. OK. O deputado do Renato Câmara conseguiu votar.

Projeto de Lei nº 88/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa – PSDB.

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com meu voto, porque não conseguia me manifestar, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria de agradecer a todos os senhores deputados. O trabalho que o CTG de Maracaju presta é de grande utilidade pública, por isso eu gostaria de agradecer aos amigos pelo voto. Sou meio ligado com números; não sei se é porque sou engenheiro. Já falei no começo da Sessão que 08/08/2024 significa plenitude e perfeição. E, por incrível que pareça, o número do projeto de hoje é 088/2024, também representa plenitude e perfeição. Obrigado, plenitude e perfeição. Obrigado, Assembleia Legislativa. Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 198/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de paridade de gênero na divisão de recursos públicos destinados aos incentivos de modalidades esportivas, garantindo que nenhum gênero receba menos que 30% dos recursos". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Renato Câmara. A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o ilustre deputado Lucas de Lima. Em discussão.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) —** Bom dia, presidente, nobres colegas e público presente que nos assiste. É com muita alegria que trago neste momento um projeto de lei que visa à paridade de gênero no esporte, destinando recursos de forma igual entre homens e mulheres em Mato Grosso do Sul. Esse projeto foi inspirado pelo acompanhamento da luta das mulheres no futebol, que frequentemente apontavam a desigualdade no investimento e no reconhecimento das mulheres no jogo. No entanto, também temos uma preocupação com todo o esporte no estado, entendendo que homens e mulheres podem desenvolver habilidades em todas as categorias





esportivas aqui em Mato Grosso do Sul. Esta votação é oportuna, pois coincide com o acompanhamento das Olimpíadas, nas quais as mulheres têm se destacado e colocado o Brasil em um patamar elevado, salvando o país nas competições. As mulheres têm demonstrado muita disposição e disciplina, provando que estão plenamente qualificadas para representar o Brasil. E acreditamos que Mato Grosso do Sul deve alcançar esse mesmo nível de competição nacional e entrar nesses espaços. Portanto, sabemos que Mato Grosso do Sul deve chegar também a esse patamar de disputa nacional e de entrar também nesses espaços e, portanto, a gente hoje apresenta esse projeto de lei. E ele também está dentro de uma política de a gente construir igualdade entre homens e mulheres em todos os espaços. Nós tivemos, no ano passado, uma lei aprovada nacionalmente para garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres. E pasmem: a lei foi questionada no STF. Nós estamos no ano de 2024, e ainda precisamos dizer que é necessário garantirmos a igualdade salarial entre homens e mulheres. E nesse clima de desigualdade, nessa diferenciação e na forma de tratar diferentemente homens e mulheres, é que a gente entende que projetos de ações afirmativas como esse são fundamentais, porque é necessário legislações para garantir que as mulheres tenham condições iguais aos homens de participar de todos os processos. Então, nesse sentido, eu peço aos senhores deputados que votem favoravelmente ao projeto, para que a gente possa incluir as mulheres nos esportes que são majoritariamente masculinos, mas que também possamos incluir os homens nos esportes que são majoritariamente femininos. Eu acho que esse é o caminho para a gente construir igualdade entre homens e mulheres no estado de Mato Grosso do Sul. Então, diante disso, quero dizer aos senhores que, das quatorze medalhas que temos hoje, nove são das mulheres. Eu acho que esse é um importante movimento para a gente reconhecer a importância das mulheres no esporte. Diante disso, peço o voto favorável de cada um a esse projeto de lei. Obrigada!

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 198/2023, de autoria da deputada Gleice Jane.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.



**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 147/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/Gabgov/MS/nº 30/2024. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.225, de 12 de julho de 2012, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul, para fortalecer as ações de monitoramento e controle das atividades associadas à comercialização e ao trânsito de materiais de propagação vegetal, sementes e mudas, tendo em vista o relevante crescimento da cadeia de produção de madeira e celulose de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declarar o voto, senhor presidente.**



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Quero destacar a importância deste projeto de iniciativa do governo estadual, que objetiva a alteração da Lei nº 4.225/2012, a qual trata da defesa sanitária vegetal do estado. Este projeto visa, primeiramente, à adequação às novas legislações relacionadas ao tema. De modo muito especial, há uma alteração que trata especificamente da planta murta: a proibição da comercialização e do transporte da murta, pois ela carrega um hospedeiro que é responsável pelas doenças atualmente existentes na citricultura,...

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Nos laranjais.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — ... nos laranjais, porque o estado neste momento se abre com possibilidades de grande investimento nessa área. Então foi preciso fazer essa adequação para impedir a comercialização e do transporte da murta, já que estamos na lista dos estados que contêm o hospedeiro; e que possamos, por meio dessa lei, evitar prejuízos para essa atividade econômica, que ao longo dos próximos anos será uma das grandes atividades do setor primário em Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas votam, aproveito para fazer uma ponderação que considero importante. Acabei de ouvir as observações do nobre e querido amigo deputado Junior Mochi sobre a importância de o estado, o governo do Mato Grosso do Sul, ter controle sobre aquilo que transita no estado. Guardadas as devidas proporções, Vossa Excelência, que tem uma relação muito mais próxima com o governo do estado do que eu, certamente reconhecerá que precisamos trazer para esta Casa também o sistema de certificação dos produtos de origem da agricultura familiar, sejam eles processados ou não, porque continua a velha história: o governador Eduardo Riedel, sensível à questão do incentivo à agricultura familiar, assim como o governo do presidente Lula em maior escala, incentiva a produção. O pequeno agricultor da agricultura familiar produz, agrega valor ou não a um frango caipira, a um pedaço de paleta de porco caipira, a um litro de leite ou a um queijo caipira, então chega na cidade e, lá, a tal da lagro apreende o produto e o joga no lixo. Desde o ano passado, tenho ponderado sobre essa questão e apresentei um projeto que está em análise, propondo a criação de um sistema de certificação inclusive para os produtos da agricultura familiar. Vale ressaltar que, durante os oito anos do nosso governo, instituímos o Prove Pantanal, que ainda hoje é bem-sucedido, embora engavetado. Esse programa nada mais era do que a certificação dos produtos de origem da agricultura familiar. Fica aqui, portanto, meu querido presidente, minha ponderação de que devemos cuidar dos grandes, mas também dos companheiros e companheiras da agricultura familiar. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu quero responder ao aparte de Vossa Excelência, se me permite. Tenho certeza de que, não só o exemplo do próprio Pantanal, que foi durante o governo de Vossa Excelência e foi um sucesso, mas também conseguimos fazer



com que o queijo caipira fosse considerado um produto da agricultura familiar. Quero dizer a Vossa Excelência que o governo Eduardo Riedel não está avesso a fazermos essa discussão. Se Vossa Excelência solicitar uma audiência pública, trabalharemos em torno disso, com o objetivo de certificar os produtos de origem da agricultura familiar, que é uma solicitação antiga de Vossa Excelência. Podemos trazer ao Plenário o secretário Jaime Verruck e o Daniel Ingold, que neste momento está enfrentando um problema sério, tendo passado por uma cirurgia de cordas vocais. Porém, tenho certeza de que, em breve, ele terminará sua quimioterapia e poderá estar presente aqui na Assembleia, para que possamos fazer esses questionamentos, devidamente registrando essa preocupação de Vossa Excelência. Efetivamente, a agricultura familiar hoje é responsável por grande parte da produção de Mato Grosso do Sul. Quero apenas me somar a Vossa Excelência. OK. Assino com Vossa Excelência.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Eu agradeço a contribuição e o testemunho de Vossa Excelência, e tenho certeza de que, com seu apoio e sua colaboração, faremos com que um assunto dessa dimensão progrida e chegue a esta Casa. Obrigado, presidente.

Projeto de Lei nº 147/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Sim.





**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao ilustre deputado Pedro Kemp.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, vinte e quatro indicações, uma moção de aplauso e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Genésio Marques Nogueira. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Maria Virgo da Rocha. Moção de pesar, proposta pelo deputado Antonio Vaz, em razão do falecimento da senhora Juvelina Celestina da Silva Gomes. Moção de pesar, proposta pelo deputado Antonio Vaz, em razão do falecimento da senhora Hilda Bezerra da Silva. Moção de pesar, proposta pelo deputado Antonio Vaz, em razão do falecimento do senhor Antonio Machado de Freitas. Moção de pesar, proposta pelo deputado Zé Teixeira, em razão do falecimento do senhor Bernardino Moreira da Cruz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** Senhor presidente, estamos recebendo aqui uma carta de reivindicação dos acadêmicos do curso Teko Arandu, da Faind, Faculdade Intercultural Indígena. Esse curso foi criado especificamente para atender os povos indígenas do território, e até o ano de 2023 formou trezentos e trinta e um professores indígenas para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, sendo sessenta e um nas áreas de Ciências da Natureza, cem nas Ciências Humanas, sessenta e nove em Matemática e cento e um nas áreas de linguagens. De acordo com o censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), quinhentos e oitenta e um docentes atuam nas escolas indígenas com ensino superior, o que nos permite inferir que aproximadamente 57% desses docentes foram formados pela UFGD. Estamos recebendo uma carta de reivindicação dos acadêmicos para apoiarmos a formação permanente de professores kaiowá e guarani. As principais reivindicações incluem: primeiro, concurso específico para profissionais da educação indígena para atuarem nas escolas indígenas; segundo, acesso à internet nas comunidades de forma livre e gratuita; terceiro, laboratórios de



informática com monitor indígena para atender a comunidade de forma gratuita; quarto, transporte específico para o deslocamento dos acadêmicos entre as comunidades e a UFGD, para participar do Tempo Universidade; quinto, transporte para participar das assembleias na comunidade e congressos acadêmicos no estado e fora dele; sexto, construção da casa da alternância para os acadêmicos indígenas guarani e kaiowá, para se hospedarem durante o Tempo Universidade; sétimo, equipamentos audiovisuais para serem usados no curso Teko Arandu; oitavo, apoio diferenciado para as acadêmicas mães, na permanência no curso; e, nono, redário no espaço do Teko Arandu. Certo de contar com o apoio desta distinta Assembleia Legislativa, reforçamos a importância dessas ações para garantir o fortalecimento da educação indígena, que é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação cultural dos povos kaiowá e guarani. Quero dizer que daremos a devida atenção às reivindicações aqui apresentadas pelos acadêmicos. Na Assembleia Legislativa, o que nós, enquanto deputados, podemos fazer, é a apresentação de emendas parlamentares para, por exemplo, a compra de materiais, instalação de laboratórios de informática, etc. Talvez precisaremos contar com a articulação de vários deputados para atender a algumas dessas reivindicações. Quanto ao que não for da alçada da Assembleia Legislativa, faremos os devidos encaminhamentos às autoridades responsáveis, para que também possam atender às reivindicações apresentadas. Faço aqui o registro, recepcionando as reivindicações dos acadêmicos indígenas e agradecendo mais uma vez a presença de todos e todas. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos. Muito obrigado. Daremos os devidos encaminhamentos às suas reivindicações. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado, nobre deputado Pedro Kemp. Obrigado pela visita de vocês. Vocês estão na Casa de vocês, a Casa do povo de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h04min).